

OS EFEITOS COLATERAIS DAS PROPOSTAS E AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO SOBRE OS POBRES E A LESÃO AOS DIREITOS SOCIAIS

DAISY RAFAELA DA SILVA

Mestrado Direito UNISAL Brasil

Pós-doutora em Direito pela Universidade Nacional de Córdoba. Doutora em
Direito. Mestre em Direito. Professora e Pesquisadora do Programa de

Mestrado em Direito UNISAL

CÁSSIO JOSÉ ALVES GARCIA GALVÃO

Mestrando em Direito UNISAL

RESUMO: Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Acadêmico em Direito, especificamente em Grupo de Pesquisa que tem por foco os Direitos Sociais, Direitos Fundamentais e políticas públicas. Considerando-se o cenário social, econômico e político do Brasil é fundamental analisar os impactos das ações do Estado brasileiro, para o enfrentamento da crise econômica, junto a classe social mais empobrecida. Será delineado a conjuntura socioeconômica, a atuação do Poder Público federal no que tangencia a redução e supressão dos direitos sociais. Para isso, serão apresentados e analisados os conceitos de desigualdades, vulnerabilidade e pobreza, num foco interdisciplinar, com base nas ciências sociais e econômicas. Utilizar-se-á a análise do termo “aporofobia” e como o Estado Social está desnaturando-se para atender interesses econômicos privados, num cenário neoliberal. E ainda, como escassez de recursos públicos impacta a população, considerando os efeitos colaterais das desigualdades junto à população pobre. Na atual conjuntura brasileira, há um processo de redução e supressão dos direitos sociais fundamentais, nociva à dignidade da pessoa humana. Isto posto, faz-se um levantamento dos efeitos da escassez de recursos públicos para a concretização de políticas públicas, as proposições no âmbito do legislativo e também ações do poder executivo federal e os impactos negativos para o aumento das desigualdades, e por consequência o aumento da pobreza e da miséria no Brasil. A metodologia adotada é a analítico-dedutiva de normas jurídicas, projetos de lei, atos do poder público, políticas públicas para a redução das desigualdades e pobreza, projetos de políticas públicas e análise do orçamento da União. Como resultado mostra-se como o Estado Brasileiro, em cenário de crise, atua para atender ao mercado, e para dar respostas no âmbito econômico e não reduzir as desigualdades ou erradicar a pobreza. Podendo-se caracterizar ações de austeridade do Estado que afetam os mais vulneráveis socioeconomicamente considerados.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITOS SOCIAIS; VULNERABILIDADES DOS POBRES; CRISE SOCIOECONÔMICA